



***UNICAMP DE PORTAS ABERTAS 2022: OFICINAS SOBRE GÊNERO
MINISTRADAS PARA DISCENTES, DOCENTES E FAMILIARES QUE
VISITARAM A UNIVERSIDADE***

***UNICAMP DE PORTAS ABERTAS: OFICINAS DE GÊNERO PARA
ESTUDIANTES, PROFESORES Y EL PAÍS QUE VISITAN LA UNIVERSIDAD***

***UNICAMP DE PORTAS ABERTAS: WORKSHOPS ON GENDER GIVEN
TO STUDENTS, PROFESSORS AND FAMILY MEMBERS WHO VISITED THE
UNIVERSITY***

Helena Altmann¹

Hugo Romano Mariano²

Maria Efigenia Ribeiro Pereira³

Pâmela Suelen Gama da Cruz⁴

Deise da Silva Martins⁵

Lucas Fontão Abdalla Coracini⁶

RESUMO

Este é um relato de experiência referente às oficinas sobre gênero, sexualidade e corpo ministradas na “Unicamp de Portas Abertas” (UPA-2022), evento em que estudantes do Ensino Médio, seus familiares e profissionais da Educação visitaram a universidade.

¹ Professora livre-docente. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

² Doutorando em Música, bolsista CAPES. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

³ Doutoranda em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

⁴ Mestra em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

⁵ Mestranda em Educação, bolsista CAPES. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

⁶ Graduando em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, SP, Brasil.

Aqui há a descrição das oficinas produzidas interdisciplinarmente por graduandos e pós-graduandos, mostrando os objetivos, as atividades desenvolvidas e os resultados à luz dos responsáveis por cada uma delas, em que refletem sobre música, dança, história, psicologia e educação física. Analítica e metodologicamente, dialoga-se com Altmann (2001 e 2015), Meyer (2017), Butler (2019 e 2022) etc. Segundo os graduandos, pós-graduandos e a orientadora das oficinas, mediante diálogo com o público assistido, depreende-se que as exposições e interações com os conteúdos, os relatos de vivências e os pontos de vistas evidenciam a urgência da temática dentro e fora das escolas públicas e particulares, em demandas curriculares, familiares, juvenis, midiáticas e identitárias.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Corpo. Sexualidade. UPA-2022.

RESUMEN

Este es un relato de experiencia referente a los talleres sobre género, sexualidad y cuerpo impartidos en la “Unicamp de Portas Abertas” (UPA-2022), evento en el que estudiantes de secundaria, sus familias y profesionales de la educación visitaron la universidad. Aquí se hace una descripción de los talleres producidos de manera interdisciplinaria por estudiantes de grado y posgrado, mostrando los objetivos, las actividades realizadas y los resultados a la luz de los responsables de cada uno de ellos, en los que se reflexiona sobre la música, la danza, la historia, psicología y educación física. Analítica y metodológicamente dialoga con Altmann (2001 y 2015), Meyer (2017), Butler (2019 y 2022) etc. De acuerdo con los estudiantes de grado, posgrado y el asesor del taller, a través del diálogo con el público asistente, parece que las exposiciones e interacciones con los contenidos, los relatos de experiencias y los puntos de vista muestran la urgencia del tema dentro y fuera de las aulas. escuelas públicas y privadas, en demandas curriculares, familiares, juveniles, mediáticas e identitarias.

PALABRAS-CLAVE: Género. Cuerpo. Sexualidad. UPA-2022.

ABSTRACT

This is an experience report referring to the workshops on gender, sexuality and body given at “Unicamp de Portas Abertas” (UPA-2022), an event in which high school students, their families and education professionals visited the university. Here there is a description of the workshops produced in an interdisciplinary way by undergraduate and postgraduate students, showing the objectives, the activities carried out and the results in the light of those responsible for each of them, in which they reflect on music, dance, history, psychology and physical education. Analytically and methodologically, it dialogues with Altmann (2001 and 2015), Meyer (2017), Butler (2019 and 2022) etc. According to undergraduates, postgraduates and the workshop advisor, through dialogue with the public assisted, it appears that the expositions and interactions with the contents, the reports of experiences and the points of view show the urgency of the theme inside and outside the classrooms. public and private schools, in curricular, family, youth, media and identity demands.

KEYWORDS: Gender. Body. Sexuality. UPA-2022

* * *

Introdução

Este é um relato de experiência referente às oficinas sobre gênero, sexualidade e corpo ministradas, por graduandos e pós-graduandos, na “Unicamp de Portas Abertas” (UPA-2022), evento ocorrido em 27 de agosto de 2022 em que discentes do Ensino Médio, seus familiares, docentes e funcionários, de escolas públicas e particulares, visitaram o campus principal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Desde 2003, a Unicamp realiza este evento com o objetivo de oferecer aos visitantes a oportunidade de participar de oficinas, apresentações culturais e palestras, além de poder conhecer toda a estrutura da universidade, como as unidades de Pesquisa e Ensino (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2022).⁷

Em 2020, devido a pandemia do coronavírus, não houve a UPA, e em 2021, ela aconteceu on-line, adaptando-se ao contexto emergencial em que o Brasil e o mundo se encontravam. Em 2022, a universidade abriu suas portas novamente, oportunizando à comunidade externa vivências no campus de Barão Geraldo, localizado na cidade de Campinas. Há estudantes de diversas cidades e estados que participam deste evento já bastante tradicional, sendo ele um convite à vida universitária vindoura.

Alguns dos membros do Grupo de Pesquisa Corpo e Educação, pertencentes à Faculdade de Educação Física (FEF), à Faculdade de Educação (FE) e ao Instituto de Artes (IA), realizaram, dentro da UPA-2022, as oficinas a partir do eixo temático “Gênero e Sexualidade: outros olhares para a Escola”. Estas oficinas sobre gênero e escola são realizadas desde 2018 e foram idealizadas e orientadas pela Prof^a Dra. Helena Altmann, com fundamentação nos pilares universitários Pesquisa, Extensão e Ensino.

Comumente, a partir do referido eixo temático, as oficinas são desenvolvidas interdisciplinarmente diante das expertises de cada graduanda, graduando, pós-graduanda ou pós-graduando que pertence ao referido grupo de pesquisa.

As oficinas ministradas em 2022 tiveram os seguintes títulos:

1. Funk, Pop e Rap: desafios de gênero na música;
2. Depois do arco-íris, posso ser o que quiser?;
3. Jogos on-line: vivendo desigualdades;
4. Enfrentando o capacitismo: sexualidade na série Atypical da Netflix;
5. Corpo, gênero e raça na dança.

⁷ Disponível em: <https://www.upa.unicamp.br/upa-no-campus> . Acesso em: 11/01/2023.

As oficinas ocorreram sucessivamente a cada meia hora, das 9:30 às 16 horas, sendo executadas, cada uma, por duas vezes durante o dia (de manhã e à tarde), havendo nelas partes expositiva e interativa. O objetivo foi introduzir as pessoas participantes às reflexões, e promover as trocas de conhecimentos, opiniões e vivências referentes às questões de gênero, sexualidade e corpo nas relações de ensino aprendizagem na escola.

Em seu caráter dialógico, as oficinas constituíram ações não prescritivas, mas propositivas, intencionais e contextualizadas, buscando suscitar as diferentes vivências pedagógicas dos participantes, de escolas públicas e particulares, tomando-as em suas possibilidades críticas, criativas e complementares, salvaguardando que os conteúdos ministrados expositivamente nas oficinas oferecessem substratos às reflexões e trocas. Então, as oficinas instauraram um exercício de mediação de conteúdos tanto entre graduandos, pós-graduandos e participantes quanto entre os e as participantes entre si.

A partir destes princípios, seguiu-se a seguinte programação:

Figura 1: Programação da manhã



Fonte: arte criada pelo grupo (2022).

FIGURA 2: Programação da tarde



Fonte: arte criada pelo grupo (2022).

As pessoas foram convidadas para entrar na sala de aula. Elas eram recepcionadas e assistiam à exposição de determinada temática, sucessivamente havia a interação a partir das vivências e pontos de vistas. Após o encerramento de cada oficina, a equipe conversava com os e as participantes, para tirar dúvidas e fornecer informações particularmente. Depois da execução de todas as oficinas, foi promovido um “Debate sobre gênero e sexualidade na Escola”, tendo como foco os relatos levantados.

Em sua 17ª edição, a UPA-2022 recebeu 32 mil alunos⁸. Foi observado por nós que, neste ano, as e os discentes, familiares, as e os docentes e as e os funcionários das escolas – apresentavam maior variabilidade das identidades de gênero, para além das representações mais dicotômicas, masculina e feminina, observadas nos anos anteriores. Houve uma média de 30 participantes em cada oficina, e 12 participantes no debate.

⁸ Fonte: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2022/08/27/upa-atrai-mais-de-32-mil-estudantes-unicamp> . Acesso em: 11/01/2023.

Durante as oficinas foram utilizadas a contação de história, a exposição de slides com citações importantes, vídeos, figuras, imagens e um site interativo, isto na busca por dinamicidade atraente ao público da UPA, em ações pedagógicas variadas. Cabe salguardar que parte dos dados aqui publicizados foram utilizados tanto em apresentação de trabalho quanto em pôster dentro do “V Pape-G e no II SISAE – Unicamp”⁹, ocorridos em 20 e 21 de outubro, como podem ser observados nas imagens:

IMAGEM 1: Apresentação do trabalho



Fonte: registro dos autores (2022).

IMAGEM 1: Apresentação do trabalho



Fonte: registro dos autores (2022).

⁹ O “V Congresso de Projetos de Apoio à Permanência dos Estudantes de Graduação” (PAPE-G) e o “II Seminário Internacional de Serviços de Apoio aos Estudantes da UNIFESP” (SISAE) aconteceram conjuntamente na Unicamp nos dias 20 e 21 de outubro.

No dia 20 de outubro, o trabalho foi apresentado por Hugo Romano Mariano (Imagem 1), e no dia 21, o pôster foi exposto por Maria Efigenia Ribeiro Pereira e Deise da Silva Martins, contando com a presença da professora Helena Altmann (Imagem 2).

A realização das oficinas, juntamente com a apresentação do trabalho e a exposição do pôster instauraram simultaneamente a divulgação científica, o fazer pedagógico diante das temáticas urgentes na educação e a relação de calibragem das vivências intra e extra universitária tomadas em ação de visibilidade, interação e relação de ensino aprendizagem, em possibilidades educacionais e de reflexão acadêmica.

Procedimentos Metodológicos e diálogo com a idealizadora das oficinas

As oficinas foram idealizadas por Helena Altmann, e é também a partir de seu pensamento que, analiticamente, este relato se desdobra. Segundo Altmann (2015):

No Brasil, foi no final da década de 1980 que, a princípio timidamente, depois de forma mais ampla, o termo “gênero” começou a ser utilizado, como lembra Guacira Lopes Louro (1997). Os estudos sobre gênero foram, aos poucos, expandindo-se nas ciências humanas. A tradução para o português, em 1990, do texto “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott (1995), publicado em inglês pela primeira vez em 1986, é um marco. Esse texto tornou-se uma referência importante e ainda atual para os estudos de gênero no Brasil. Ali o gênero é conceituado como uma categoria analítica e relacional, que se articula com outras categorias, como raça, classe, geração, sexualidade, entre outras. O gênero também é pensado como uma forma de dar significado às relações de poder. Para Marlise Matos (2008), a divulgação e a expansão dos estudos de gênero atravessam fronteiras disciplinares; gênero deixou de ser apenas uma categoria de análise para tornar-se um importante e reconhecido campo de conhecimento nas ciências humanas e sociais: eventos acadêmicos na área são organizados; grupos de pesquisa ligados a gênero e educação ou gênero e educação física são compostos; grupos temáticos se formam dentro de eventos mais amplos; a produção de conhecimento na área intensifica-se. (ALTMANN, 2015, p. 21).

Cabe observar que na perspectiva de Altmann (2015), o gênero adquire uma abrangência de sentidos, sendo compreendido em suas pormenorizações analíticas relacionais em articulação com outras categorias, versando sobre as relações de saber-poder e se instaurando como um dinâmico campo de estudos contestador e produtivo.

Em seu viés interdisciplinar, à luz de Altmann (2015), o gênero se intensifica também como um fazer oportunamente acadêmico que perpassa em epistemologias contestadoras. Tomado na UPA, o gênero se instaurou na miríade de possibilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, em que as oficinas, a partir de reflexões sobre música, história, psicologia, dança e educação física, possibilitaram operacionalizar perspectivas críticas, pedagógicas e dialógicas, em meio às expertises das e dos diversos graduandos e pós-graduandos que estabeleceram relações dialógicas com visitantes da universidade.

Nesta perspectiva, cabe então perguntar por que pensar o gênero em sua interlocução com os ambientes escolares?

Diante da perspectiva da idealizadora das oficinas, isto se dá porque o gênero é um marcador social de diferenças que atravessa as relações sociais, a constituição dos sujeitos, os processos de ensino aprendizagem, a cultura e os conhecimentos. Essa interlocução do gênero com a escola já foi formulada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), ao aproximá-lo dos temas transversais, como de educação sexual (nomeado de orientação sexual naquele documento), e de conteúdos, como da educação física. No caso da educação física, por exemplo, o acesso e a adesão à cultura corporal de movimento são desiguais para meninos e meninas, homens e mulheres, pessoas cis e transexuais. Olhar para a cultura corporal de movimento a partir da perspectiva de gênero contribui para torná-la mais democrática e menos desigual.

Ainda em termos idealizadores, cabe perguntar: em que medida a UPA emergiu como um lugar atraente para interlocução entre demandas de gênero e da escola?

A UPA busca mostrar a universidade a estudantes de Ensino Médio, sendo uma ação de Extensão, que propicia um intenso diálogo com a comunidade externa, mostrando o que esta faz em termos de Pesquisa e Ensino.

Nesse sentido, ao propor a oficina “Gênero e Sexualidade: outros olhares para a Escola”, pensamos em levar a estudantes de Ensino Médio e àqueles que os acompanham, como professoras, professores e alguns familiares, um pouco de nossas pesquisas e reflexões dentro dessa temática. É uma forma de partilhar conhecimento e de dar um retorno do investimento público recebido para pesquisa e formação.

Nisto, o evento contribui com a formação dos e das estudantes de graduação e de pós-graduação envolvidos, que fazem uma transposição do que estudam para dialogar com jovens, praticam a oralidade, trabalham em grupo e criam um sentimento de pertencimento. Por sua vez, transformar as experiências nessas oficinas em um trabalho apresentado em evento científico e em um artigo, em potencialidade formativa.

Quais resultados são observados nesta interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão universitária em correlação às e aos participantes das oficinas?

Na UPA, os e as estudantes querem estar em muitos lugares ao mesmo tempo, querem conhecer toda a universidade em um único dia! Então, a interlocução precisa ser fugaz! Mas é uma luz acesa que pode suscitar ou ampliar uma reflexão, legitimar um sentimento, mostrar uma outra perspectiva ou um caminho, validar um projeto, inspirar. E isso se expressa na participação e reação do público, na conversa posterior. Assim, o fato de fazer constar as oficinas na programação da UPA mostra que gênero e sexualidade são temáticas que cabem na escola, que podem e devem ser abordadas pedagogicamente nesse espaço, porque dizem respeito à vida e ao conhecimento.

As oficinas dialogam ainda com as noções de Dagmar Estermann Meyer (2017):

Primeiro: o gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas formas de organização social vigente quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes.

Segundo: que nada é “natural”, nada está dado de antemão, toda verdade – mesmo aquela rotulada de científica – é parcial e provisória e resultado de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e pode, por isso, ser questionada. Deste ponto de vista, caberia a nós, educadoras e educadores, investir em projetos educativos que possibilitam mudar os focos usuais dos processos de ensino-aprendizagem vigentes: da busca por respostas prontas para o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas; das certezas para a dúvida e para a provisoriedade; do caráter prescritivo do conhecimento pedagogizado para um enfoque que estimule a desnaturalização de coisas que aprendemos a tomar como dadas. (MEYER, 2017, p. 12-13).

Assim, compreendemos que, ao serem oferecidas aos participantes da UPA, as oficinas se instauraram em constantes atualizações da temática, divulgando o que há de mais efervescente na universidade, calibrando tais conteúdos às demandas práticas e vivenciais da educação básica, em especial do Ensino Médio, e das e dos vestibulandos.

As partes expositivas das oficinas, ainda que de modo sucinto, buscaram apresentar noções e levantar questionamentos, desnaturalizando o óbvio-ululante no referente às questões de gênero, sexualidade e corpo. Nisto, as observações de Meyer (2017) nos justificam em sua abrangência pedagógica ativa e crítica que não sucumbem aos modelos já estabelecidos de ensino que em muito desconsideram as problemáticas advindas dos padrões de gênero, sexualidade e corpo enrijecidos e essencializados.

Compreendendo, por meio dos diálogos estabelecidos com as pessoas participantes das oficinas, que estes temas podem ser negligenciados no ambiente escolar e familiar, e atentos aos modos peculiares em que eles podem ser abordados midiaticamente – sem com isto depreciar ou desconsiderar as especificidades destes diferentes modos de aprender sobre a temática –, buscamos estabelecer diálogos, trocas e críticas. Isto se deu por meio das partes interativas das oficinas, que em seu viés mais opinativo, autorreferenciado e vivencial propiciaram relações de ensino aprendizagem não prescritivas, mas em fazeres pedagógicos contextualizados fomentando reflexões contemporaneamente urgentes.

As exposições do eixo temático a partir das diversas questões de gênero atreladas às relações de ensino aprendizagem na escola, diante das diferentes demandas dos participantes da UPA-2022, daquelas e daqueles presentes nas oficinas, possibilitaram ainda perceber certa afinidade com os pensamentos suscitados por Judith Butler (2019) em que se observam questões relativas às denominações de sexo e corpo:

Não há forma alguma de entender o “gênero” como um constructo cultural imposto sobre a superfície da matéria, seja ela entendida como “o corpo” ou como um suposto sexo. Ao contrário, uma vez que o “sexo” em si é entendido em sua normatividade, a materialidade do corpo já não pode ser pensada separadamente da materialidade dessa norma regulatória. Portanto, o “sexo” é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é: será uma das normas pelas quais o “sujeito” pode chegar a ser totalmente viável, o que significa um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural. (BUTLER, 2019, p. 16-17).

A autora também salienta que “determinamos nosso ‘próprio’ sentido de gênero apenas quando existem normas sociais que apoiam e habilitam esse ato de reivindicação do gênero para si” (BUTLER, 2022, p. 21). Então, foi sob a égide educacional da inteligibilidade cultural, em abrangência compreensiva e questionadora, que a execução das oficinas possibilitou esmiuçar as diversas formas de conceituar o corpo, em materialidade e padrões de gênero, problematizando a perspectiva em que o sexo é tomado como um a priori, visto acriticamente de modo a-histórico ou trans histórico.

As oficinas, diante das relações de ensino aprendizagem estabelecidas na UPA-2022, constituíram-se em exercícios acadêmicos e pedagógicos, em fundamentações teóricas e empíricas que concatenaram divulgação científica, diálogo entre instituições e sujeitos, em metodologia feminista que problematizou as desigualdades de gênero, reconhecendo as diferenças constituídas em meio às normas, abjeções e diversidade.

Descrição das oficinas: objetivos, atividades e resultados

Cabe reiterar que em cada uma das oficinas houve elementos específicos e simultâneos, ou seja, a partir das expertises, níveis de formação e referenciais teóricos de quem as ministrou, os objetivos, atividades e resultados trouxeram questionamentos, práticas pedagógicas e respostas diversificadas, havendo algumas similaridades.

A consubstancialidade e o interesse em relação ao eixo temático se deram de modo indireto, portanto, não regulados em uma agência mestra ou homogeneizante, mas fundamentados no reconhecimento da pluralidade, em exercícios epistêmicos de um campo dinâmico que o gênero constitui, como aponta teoricamente Altmann (2015).

Interdisciplinarmente, as oficinas ofereceram, ao mesmo tempo, uma compreensão específica de uma área e uma abertura a outras áreas de conhecimento, diante da autonomia daquelas ou daqueles que as ministraram. Nisto, o gênero suscitou críticas e multiplicidade de leituras no referente às problemáticas levantadas.

Seguem-se as pormenorizações das 5 oficinas a partir dos responsáveis por elas:

Oficina 1: Funk, Pop, e Rap: desafios de gênero na música.

Responsável: Hugo Romano Mariano.

Objetivos: refletir sobre os padrões de gênero e atribuição de sentido em música a partir do Funk, Pop e Rap, promovendo o diálogo entre graduandos, pós-graduandos e participantes da UPA-2020.

Atividades desenvolvidas: exposição e interação com o tema a partir de um site¹⁰ feito para as oficinas, com três páginas: na primeira há a imagem em movimento (gif) de um jovem, de costas e fone de ouvido, operando música no computador, depois há a capa e uma citação do livro “O que o rap diz e a escola contradiz: um estudo sobre arte de rua e a formação da juventude na periferia de São Paulo” (AMARAL, 2016), e um vídeo com as letras das músicas “Por supuesto”, da cantora Marina Sena, e “Colegagem”, uma paródia da primeira, do DJ SWAG do Complexo e do cantor Oly. Na segunda página há a programação das oficinas; e na terceira página, um blog com a pergunta: “Funk, pop ou rap, qual vc mais curte? Pq? E quais os padrões de gênero+comuns neles?”

¹⁰ Disponível em: <https://hugoromanomariano.wixsite.com/upa2022>. Acesso em: 11/01/2023.

As imagens utilizadas situam a reflexão nos fluxos do fazer musical contemporâneo, compreendendo que os gêneros musicais Pop, Funk e Rap podem estar alinhados às perspectivas ao mesmo tempo artísticas e de entretenimento, são produtos culturais massivamente disseminados e constituidores de sensibilidades e identidades. Dentre uma gama de possibilidades, emergem situações em que sexualidade, gênero e música estão amalgamados, e reverberam nos ambientes escolares.

Altmann (2001) abrangentemente mostra que o tema da sexualidade está:

Presente em diversos espaços escolares, ultrapassa fronteiras disciplinares e de gênero, permeia conversas entre meninos e meninas e é assunto a ser abordado na sala de aula pelos diferentes especialistas da escola; é tema de capítulos de livros didáticos, bem como de músicas, danças e brincadeiras que animam recreios e festas. (ALTMANN, 2001, p. 575).

Então, antes mesmo da música ser um conteúdo disciplinar, coisa ainda pouco comum nas escolas públicas e particulares brasileiras, na atualidade, o conteúdo musical perpassa diversos contextos escolares, e pode ser visto como um elemento identitário.

Em específico ao ensino de música na escola, Jusamara Souza (2014, p. 7) explicita que “a música não pode ser tratada descontextualizada de sua produção sociocultural, por isso a necessidade de colocar no centro da aula de música a relação que crianças e adolescentes mantêm com a música.”

Na escola, dialogando com a autora, surge o desafio de como ensinar música, propiciando ao mesmo tempo, estimular estudantes a desvendar o mundo musical que os cerca e ser coerente com o contexto histórico e cultural no qual estão. Isto implica em compreender que as crianças e adolescentes, em alguma medida, chegam “sabendo”, de algum modo, algo sobre música ou sobre certas músicas, então, o corpo docente não pode vê-los ignorantes nisto. Estudantes constroem relações sociais a níveis identitários, de gosto, de representação artística e pessoal que demandam sempre a atenção e o olhar cuidadoso e compreensivo de educadores (SOUZA, 2014). A autora salienta que:

há, pois, necessidade de construirmos uma educação musical escolar que não negue, mas leve em conta e ressignifique o saber de senso comum dos alunos diante das realidades aparentes do espaço social e se realize de forma condizente com o tempo-espaço da cultura infanto-juvenil, auxiliando a construir suas múltiplas dimensões de ser jovem/criança. (SOUZA, 2014, p. 10-11).

Esta abordagem possibilita fomentar um olhar para a música diante da relação de sentidos que com ela estabelecem os jovens, e isto implica compreender que “com os estilos de música, eles expressam também sentidos da cultura juvenil, manifestados no vestir, no comportar, no corpo, na linguagem e gestos, revelando a identidade: são pagodeiros, neo-sertanejos, roqueiros etc.” (SOUZA, 2014, p, 10).

Helena Lopes da Silva (2019), voltando-se empiricamente às questões relativas à música na escola e as identidades de gênero de crianças, adolescentes e jovens, aponta:

A identificação com determinados gêneros musicais demonstrada no espaço escolar evidenciou a existência de uma relação estreita entre a música e a identidade de gênero. Além disso, as escolhas musicais puderam também ser comparadas com as roupas que escolhiam para vestir, com a linguagem que escolhiam para falar, com as atitudes que tomavam em sala de aula...

Observando as afirmações e contradições dos meninos e das meninas ao revelarem suas preferências musicais na sala de aula, pode-se dizer que, assim como a identidade de gênero não é fixa, por estar constantemente sendo construída, as preferências musicais atreladas à construção da identidade de gênero também estão em processo constante de mutação. (SILVA, 2019, p. 104 -105).

Silva (2019) demonstra em quais medidas as escolhas musicais e as formas como elas são valoradas dentro das escolas, por docentes e discentes, evidenciam, ao mesmo tempo, as reiteraões dos padrões de gênero, constituem as identidades de gênero, os gostos musicais, as capacidades de superar as dicotomias e as abjeções.

Diante desta abrangência, utilizamos no site da oficina a seguinte citação:

O hip-hop mimetiza em suas músicas a violência e o crime, chegando quase a sucumbir a estes, como única estratégia possível de denúncia da injustiça e da exclusão social a que são submetidos os jovens pobres e negros das metrópoles; já o funk recorre a uma imagem “debochada” da sexualidade, pondo a nu o que há de mais depreciativo sobre a mulher, como forma, justamente, de colocar em questão o machismo brasileiro; e o faz com humor que lhe é característico, aliado à tonalidade agressiva e sensual de suas danças. (AMARAL, 2016, p. 31).

Amaral (2016) evidencia a necessidade de compreender como estas musicalidades e músicas demandam pesquisar e dialogar a partir das condições e particularidades de certos sujeitos. Isto pode impactar tanto na urgência de observar as questões relativas aos estereótipos de gênero, raça e classe quanto em certa capacidade que a música pode ter de criar, ressignificar ou deslocar determinados sentidos.

É comum, na escola, haver a proibição de algumas letras por seu teor hipersexualizante ou ainda ocorrer, por parte de feministas, a denúncia de que certas letras são machistas. Sendo estas pautas urgentes, suscita-se como respondê-las.

A crítica à hipersexualização de determinadas letras, por exemplo, demanda as expertises de diferentes intelectuais, e considerar que a relação entre infância, juventude e vida adulta pode culminar em sentidos, intenções e funções muito diferentes às músicas: a depender do contexto, o que é “objetificação” para um sujeito, pode ser “liberdade e empoderamento” para outro, ou algo lúdico, divertido e desprezioso para outros; não havendo leitura absoluta, mas tensões, disputas, hibridações e compactuações nas atribuições de sentidos (MARIANO e SCHROEDER, 2022).

As duas músicas escolhidas (Por supuesto e Colegagem), juntas na versão apresentada, mostram uma interlocução entre o Pop, o Funk e o Rap, em que as letras (parte de um objeto artístico musical mais amplo) possibilitam pensar questões relativas à representação na música. Nisto, os padrões românticos, sexuais, sensuais e eróticos, ficcionados artisticamente, podem reiterar, ressignificar ou superar alguns estereótipos.

No referente às músicas e à pergunta colocada no blog, em alguns momentos, alunas e alunos (jovens) demonstraram preferências sobre um ou outro gênero musical, suscitando neles questões referentes à hipersexualização dos corpos e objetificação das mulheres, havendo também jovens que se colocaram para defender estes mesmos gêneros musicais, situando-os como representativos de suas demandas de gênero, raça, classe e vivência comunitária, de entretenimento e arte.

Então, em termos bastante abrangentes, a intencionalidade nesta oficina se instaurou na evidenciação, ao mesmo tempo, das demandas juvenis em relação à música, em suas produções de sentidos e relações de padrões de gênero, e nisto buscando oferecer a docentes das escolas um aparato mais fluido de compreensão das músicas, cabendo salvaguardar que as formas como crianças, jovens e adultos produzem, utilizam e dão sentidos às músicas podem variar de modo bastante amplo, disruptivo e diversificado.

Resultados: houve participação abrangente de discentes e docentes das escolas, e de familiares e graduandos que relataram suas vivências nos âmbitos intrafamiliar, escolar e universitário. Docentes expuseram suas experiências em relação à arte e à educação, falando de questões institucionais e pessoais que envolviam a temática do gênero e da sexualidade. Discentes apresentaram opiniões sobre a pergunta suscitada, demonstrando posicionamentos divergentes, contrastantes e, de certo modo, complementares.

Houve relatos sobre escolas que possuem discussões referentes às temáticas (em disciplinas, espaços feministas, grêmios estudantis, grupos de estudos) e escolas que não as possuem, explicitando a urgência da temática no âmbito escolar que impacta, em alguma medida, nas proibições ou aberturas das famílias para com a temática do gênero.

Alguns docentes explicitaram que, em decorrência do ambiente político bastante conservador, tem sido rotineira a presença de pais e mães buscando cercear as discussões sobre gênero nas escolas. Ainda assim, professoras e professores reconheceram o caráter científico que a escola outorga às questões de gênero e sexualidade, e salientaram que as artes, como áreas criativas e potencializadoras, promovem o reconhecimento daquilo que as e os jovens produzem e consomem, e possibilitam que se expressem em termos afetivos ou das identidades de gênero.

Outro fato observado foi que algumas e alguns docentes relataram que se “assumem” enquanto lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero, queer, intersexual, assexual, não-binário etc. dentro do espaço escolar, pois consideram, em muitos casos, ser esta a única alternativa de resistência possível na escola.

No geral, constatamos que ao ministrar tais oficinas, faz-se necessária a utilização de um vocabulário dinâmico, simples e jovial que garanta a atenção e participação das pessoas, assim como, abordagens menos conteudistas e mais interativas, dialogando com os meios on-line e off-line: elementos que impulsionam um maior interesse pela temática.

Oficina 2: Depois do arco-íris, posso ser o que quiser?

Responsável: Maria Efigenia Ribeiro Pereira.

Objetivos: refletir sobre os diferentes discursos que se colocam em disputa na concepção de família e infância; refletir sobre a produção heteronormativa binária dos corpos, da sexualidade, das identidades, do gênero etc., nos meandros curriculares na escola; refletir sobre os processos de classificação da normalidade e do desvio.

Atividades desenvolvidas: a partir da leitura compartilhada do livro “O menino que brincava de ser”, da escritora Georgina da Costa Martins (2000), e do vídeo “BR TRANS - Teaser”¹¹, foi possível realizar a reflexão sobre as temáticas do corpo, gênero, raça, sexualidade etc., com a comunidade participante da UPA-2022.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AYUFESZfCxs>. Acesso em: 11/01/2023.

A oficina se estruturou como uma possibilidade pedagógica interdisciplinar para reflexão do gênero e da sexualidade com estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e particulares, seus responsáveis, e docentes durante a UPA-2022.

No ensino de história e nas práticas curriculares interdisciplinares, o gênero e a sexualidade se colocam como questões urgentes e atuais para a educação básica brasileira, no sentido de questionar estruturas, modelos e concepções de educação que reforcem estereótipos, preconceitos e discriminações relacionados à identidade de gênero e orientação sexual de crianças, jovens e adultos em processos de escolarização. Assim, a Mediação de Leitura e a Contação de Histórias são instrumentos didáticos pedagógicos motivadores ao ensino de conceitos, conteúdos e práticas comprometidas com a construção dos Direitos Humanos em todas as suas dimensões.

Guacira Lopes Louro (2000) aponta o papel da instituição escolar como território fecundo e competente para o desenvolvimento de concepções curriculares e práticas pedagógicas que objetivam a construção, normatização e legitimação de identidades de gênero e sexual fixas, binárias e excludentes, corroborando com as desigualdades de raça, classe, gênero, sexualidade etc.

Para Louro (2007, p. 204) “as formas de viver a sexualidade, de experimentar prazeres e desejos, mais do que problemas ou questões de indivíduos, precisam ser compreendidas como problemas ou questões da sociedade e da cultura”. Partindo deste pressuposto, a instituição escolar carrega intrinsecamente as proposições, conflitos e contradições que envolvem a sexualidade em seus diversos aspectos.

Compreender o ensino de história e suas práticas pedagógicas como esforços contra-hegemônicos possibilita propor as temáticas do gênero e da diversidade sexual para o “chão da escola”, isto tomando: I) a Constituição Federal de 1988, que estabelece como intrínseco ao Estado democrático de direito, o valor e a dignidade humana, conforme assegura seu artigo 3º (Flávia PIOVESAN, 2008); II) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996, s/p), que no seu Artigo 3º legalmente assegura: “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o respeito à liberdade e apreço a tolerância”; III) os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 (BRASIL, 2000), que, embora tragam concepções naturalizantes e essencialistas, priorizando os aspectos biológicos na constituição da sexualidade humana, também podem ser considerados um marco importante para entrada oficial e legítima da sexualidade para o campo pedagógico ao inserir a Orientação Sexual (Educação Sexual) como um dos Temas Transversais.

Para Helena Altmann (2001), o contexto da década de 1990, marcado pela preocupação com o aumento dos casos de gravidez na adolescência e pelo risco de contaminação pelo H.I.V., principalmente entre os mais jovens, fortaleceu a ideia, já antiga, de responsabilização da escola para com a saúde pública deste grupo específico. Claudia Vianna (2012) ressalta que a discussão das temáticas de gênero e sexualidade como assuntos de interesse pedagógico é anterior aos anos de 1990, mas é neste período que o governo federal brasileiro sofreu pressões dos organismos internacionais e dos movimentos sociais (de mulheres, feministas, homossexuais etc.) para a inclusão de uma agenda de gênero e sexualidade nas políticas públicas educacionais. É neste contexto de luta por reconhecimento, direitos e pressões internacionais que os Parâmetros Curriculares Nacionais são publicados em 1997 (BRASIL, 2000), tornando-se um referencial pedagógico e legitimando um tipo de saber sobre os corpos e seu funcionamento biológico.

Para Altmann (2001), o dispositivo da sexualidade tem perpassado a história da educação no Brasil. Desde o início do século XX a escola se organizou como espaço privilegiado de vigilância de crianças, adolescentes e jovens, buscando curar os “desvios” e promovendo uma “normalidade” condizente aos princípios médicos higienistas, essencialmente fundamentados no sexismo e racismo.

Da sífilis (décadas de 1920/1930) à epidemia de AIDS (década de 1990), a ingerência governamental sobre a população escolar e suas famílias estruturou-se pela discursividade do saber-poder, como um fator eficiente de controle social, político e econômico (FOUCAULT, 2021).

Ainda segundo Altmann (2001):

Através desta explosão discursiva sobre a sexualidade na escola, constitui-se um saber escolar sobre a sexualidade, saber este que constitui sujeitos. Este saber propicia um aumento do controle e da possibilidade de intervenção sobre as ações dos indivíduos. (ALTMANN, 2001, p. 581).

No entanto, mesmo com o aparato legal, já citado, que legitima o gênero e a sexualidade como assuntos potencialmente pedagógicos, vemos na atualidade, o conhecimento científico e as práticas escolares problematizadoras serem alvos de constantes ataques. Quanto mais as práticas escolares tendem a trazer à reflexão as desigualdades de raça, classe, gênero e sexualidade, maiores são os ataques à instituição escolar, especialmente à escola pública.

Daniela Auad, Janaína Guimarães da Fonseca e Silva, e Camila Roseno (2019, p. 570) explicam o crescimento, na última década, dos discursos moralizantes de “manifestações de apego a um conjunto de valores que reforçam as noções binárias e essencialistas de masculino e feminino”. Para as autoras, sob a bandeira da “ideologia de gênero” e contra a “doutrinação ideológica de esquerda”, forças conservadoras têm a escola pública na mira dos ataques sustentados por valores fundamentalistas religiosos. Ao desqualificar os estudos de gênero, há certa legitimação da intolerância, preconceito e violência contra os indivíduos e grupos que vivenciam outras experiências.

Na mediação de leitura realizada na UPA a partir do livro “O menino que brincava de ser”, contamos a história de um menino de seis anos, Dudu, que não se encaixava nos padrões de gênero masculino, pois era sensível, não gostava de jogar futebol e adorava se fantasiar de bruxa, princesa, e, dentro do ambiente familiar, causava certo estranhamento ao que era previsto a um menino.

Diante da incompreensão da família, e para o desespero de muitos, Dudu decidiu que queria “ser menina”, e para isso, ele precisava passar debaixo de um arco-íris. Nisto, Dudu contava com o apoio de uma de suas avós, que prometeu ajudá-lo. Enquanto ele e sua avó faziam planos, sua mãe o levava ao psicólogo, ao psiquiatra e ao endocrinologista para saber se havia algo errado.

No vídeo utilizado nas oficinas há elementos visuais e sonoros que complementam o livro. Há o ator Silvério Pereira encenando, há a música “Born To Die” (“Nascido para morrer” em tradução livre), cantada por Lana Del Rey, e há a frase: “Quando criança, me disseram que se passasse por debaixo de um arco-íris virava mulher. Passei minha infância toda procurando um arco-íris”.

A proposta de uma oficina para o público da UPA-2022, a partir desta história e vídeo, inseriu-se na concepção de um espaço educacional que promovesse o diálogo, a escuta respeitosa e o reconhecimento da diferença como potencialidade positiva para a construção dos saberes e práticas comprometidas com a igualdade e a promoção da justiça social, pois, como afirmou Paulo Freire (2000, p.31): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

No livro *Pedagogia do Oprimido* (2014), Paulo Freire afirma que a prática pedagógica precisa ter uma intencionalidade de libertar das estruturas que impedem os seres humanos de completar sua vocação histórica: humanizar-se e humanizar o mundo. A Educação aqui é vista naquilo em que ela aprofunda o senso crítico e promove a emancipação diante da vivência e superação daquilo que promove as desigualdades.

Resultados: a oficina obteve grande envolvimento dos participantes, especialmente de estudantes que puderam compartilhar experiências impactantes sobre a temática do gênero e da sexualidade, vivenciadas no cotidiano familiar e escolar. Observamos que os e as participantes se identificaram com as situações de violência, preconceito e discriminação dos respectivos personagens, e, através de suas colocações, questionaram os binarismos e a heteronormatividade, demonstrando indignação diante das situações de violência de gênero e sexualidade.

Os e as participantes também apresentaram respostas positivas e até identitárias no referente aos temas abordados, e, a partir de seus relatos, foi possível explicitar certa apropriação, empatia e relevância para com os temas de gênero e da sexualidade, e a importância da abordagem destas temáticas no currículo escolar. Desta maneira, a explicitação de sentimentos, emoções e experiências por parte de participantes são indícios de resistência às desigualdades de gênero, raça, orientação sexual etc.

Oficina 3: Jogos on-line: vivendo desigualdades

Responsável: Lucas Fontão Abdalla Coracini.

Objetivos: promover a reflexão e o debate relacionando as questões de gênero ao universo dos jogos on-line; concatenar modos críticos de se relacionar com os dados sobre gênero e jogos on-line.

Atividades desenvolvidas: a partir da contextualização da temática e de uma explicação sobre a modalidade e o cenário de Counter-Strike no Brasil, as e os participantes opinaram sobre a necessidade da separação de gênero nessa modalidade. Em seguida, foram expostos dois vídeos. O primeiro¹², o vídeo “Esports pela igualdade”, utiliza dos jogos eletrônicos para mostrar como desigualdades sociais e salariais afetam a vida das mulheres, que na sociedade brasileira recebem menos que os homens. Essa situação é simulada em um jogo eletrônico entre jogadores profissionais, em que uma equipe recebe 32% a menos de recursos que a outra para competir, enfrentando maiores dificuldades em adquirir equipamentos e bens necessários para o jogo. O segundo vídeo¹³, trechos de uma entrevista (podcast) que trata do machismo nos jogos eletrônicos, abordando relatos de abusos e agressões sofridos por uma atleta profissional no exercício da profissão, bem como os impactos disto em sua vida.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SFdZRt40wYk>. Acesso em: 11/01/2023.

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oezWa-ApC1o>. Acesso em: 11/01/2023.

Ao final, foi retomada a mesma pergunta inicial, porém agora em forma de reflexão, tendo em vista os vídeos que foram expostos, com o objetivo de aprofundar e diversificar o debate com base nos relatos obtidos a partir de algumas vertentes das discussões de gênero propostas dentro das oficinas.

Resultados: a discussão gerada a partir dos questionamentos levantados, antes e depois da exposição dos vídeos, se mostrou diferente, com uma incidência maior de argumentação e debate após sua execução. Além disto, a participação dos jovens foi bastante ativa, ficando visível o interesse, principalmente das meninas (que participaram mais) em relatar seus casos pessoais, demonstrar sua indignação e propondo melhorias para que isso não volte a acontecer.

No geral, as oficinas foram gratificantes. Ter a possibilidade de não só expor uma pesquisa e seus dados, mas também estimular o debate com jovens, que podem estar vivenciando esse tipo de ocorrência, expandiram ainda mais os horizontes tanto das oficinas em si quanto os objetivos da própria pesquisa em andamento.

Oficina 4: Enfrentando o capacitismo: sexualidade na série Atypical da Netflix

Responsável: Pâmela Suelen Gama da Cruz.

Objetivos: fomentar o debate sobre a sexualidade dos autistas para a comunidade externa (professores, gestores, familiares, adolescentes do Ensino Médio), compartilhando dados oriundos da dissertação de mestrado da responsável.

Atividades desenvolvidas: a oficina introduziu brevemente a série Atypical, roteirizada por Robia Rashid e disponibilizada na Netflix, tendo como foco principal a narrativa do personagem Sam Gardner (um adolescente autista que expressa o seu desejo por um relacionamento afetivo) e as experiências que ele vivencia durante sua busca.

Inicialmente, apresentamos o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA) que, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), é um transtorno de neurodesenvolvimento em que as pessoas apresentam déficits no âmbito social, comportamental e sensorial (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014). Posteriormente, trouxemos a perspectiva da neurodiversidade em que o autismo é defendido enquanto uma diferença neurológica a ser considerada, mas não patologizada (ORTEGA, 2008).

Seguimos com a reflexão abordando os distanciamentos e aproximações entre sujeitos neurodiversos e neurotípicos, ressaltando que os autistas que tendem a não aderir a certas normas sociais são excluídos e diferenciados dos demais sujeitos, por serem eles considerados diferentes diante da norma pré-estabelecida. Ainda que o público da oficina tenha sido de neurotípicos, foi possível perceber o quão novo é o assunto sobre a neurodiversidade e o quanto ela tende a despertar curiosidades.

Resultados: sendo oferecida em dois turnos, matutino e vespertino, a oficina durante a manhã contou com participantes que compartilharam já terem tido contato anteriormente com a série, enquanto o grupo da tarde não. Contudo, mesmo o pequeno contato e recorte com a série, apresentada na oficina, ainda assim, houve a possibilidade de ampliação do debate, havendo espaço para que os participantes pudessem trazer suas percepções sobre o tema, e terem mais informações sobre conceitos como neurodiversidade, capacitismo e deficiência.

Oficina 5: Corpo, gênero e raça na dança

Responsável: Deise da Silva Martins.

Objetivos: inquietar o público com questionamentos relacionados ao tema, explorando seus conhecimentos e posicionamentos sobre dança, principalmente em relação a dimensões de gênero e raça; expor quais informações chegam a esse público sobre corpos que praticam dança, se existe um formato ideal para dançar, ou estilos de danças que definem qual gênero, masculino ou feminino, pode praticar; demonstrar que a dança pode ser ressignificada e explorada por públicos diversos, promovendo a visibilidade de corpos dançantes com diversidades de gênero, sexualidade e raça.

Atividades desenvolvidas: utilizando imagens de bailarinas e bailarinos que rompem com normas eurocêntricas, as oficinas foram iniciadas com perguntas às e aos participantes, buscando fazer um resgate mental e já iniciar uma reflexão sobre os lugares “dos femininos e dos masculinos” na dança. Em seguida, apresentamos imagens com diferentes abordagens da dança em relação aos corpos, gênero, sexualidade e raça. Depois foi iniciada uma discussão acerca das respostas iniciais às perguntas e imagens.

Nisto, nos valem do conceito de interseccionalidade, cunhado a partir do movimento negro pela advogada Kimberlé Crenshaw (2016), e de uma perspectiva mais sociológica de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020).

Esse conceito, dentro da pesquisa de mestrado em andamento, pode ajudar a compreender as diversas formas de exclusões da mulher negra no balé clássico, o que reverberou nas oficinas a partir dos diálogos estabelecidos, sendo elucidativo do quão desafiadoras são as questões de gênero, raça e classe na dança como um todo.

A proposta da oficina dialoga com a pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida na Faculdade de Educação da Unicamp, que busca compreender como as questões raciais perpassam o ambiente do balé clássico, pensando a partir da mulher negra durante sua formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Existe uma exigência de que no balé os corpos precisam ser longilíneos, magros e com poucas curvas, para que, ao utilizar os figurinos, não chamem atenção. E este estereótipo recai também sobre as mulheres que não querem se profissionalizar, o que reforça o modelo eurocêntrico de coxas finas, quadris estreitos e pele clara, perfil que acaba se distanciando da maioria das mulheres brasileiras. O balé clássico, surgido há séculos, ainda é referência genérica de dança e padrão corporal (MOURA, 2001).

Nas oficinas, apresentamos outras referências corporais da dança, como, por exemplo, um homem que pratica o balé clássico, suscitando compreender de que forma ele é visto dentro desta prática, e como um corpo gordo é recebido dentro de uma escola de dança, dentre outros aspectos que acontecem e nem sempre são problematizados. Como forma de finalizar este momento, apresentamos possibilidades diversas de analisar a dança, por meio de textos, vídeos e imagens, buscando superar os padrões impostos dentro daquilo que comumente fomenta a discriminação e o racismo.

Resultados: as respostas dadas às perguntas e às imagens deixaram perceptíveis o quanto os corpos são estereotipados e direcionados a certos lugares nas danças, isto limita a aceitação e participação de homens, de pessoas com sobrepeso ou sexualidades diversas e pessoas negras, havendo o entendimento de que a dança é um ambiente para mulheres, magras e brancas, mesmo fora da esfera profissional.

Foi notório também ver que os e as participantes reconhecem suas limitações de informações e estão dispostas e dispostos a rever suas referências, entendendo que a busca individual é necessária, pois a mídia e grande parte da população acreditam e reforçam os estereótipos de corpo, gênero e raça na dança.

Também percebemos que pessoas com sobrepeso são menos aceitas na dança, assim como pessoas negras e homens. Isto significa um não pertencimento aos locais próprios para a dança. Outrossim, a intersecção desses fatores agrava a exclusão, mesmo quando a dança é praticada como lazer, de forma recreativa ou voltada à saúde.

Oficinas em debate

Nas oficinas, o gênero foi operacionalizado sobretudo em um exercício contestador. As dinâmicas promoveram a divulgação e troca de conhecimentos e de experiências, havendo explicitações de questionamentos e de possibilidades de vivenciar o gênero, a sexualidade e o corpo, tomando como referência a arte, a cultura e as práticas educativas, expressas na música, nas diversas mídias, em vídeos, na literatura, em séries e em imagens, para desnaturalizar corpos e os binarismos sexuais.

Altmann (2015) ao captar empírica, científica e teoricamente que o gênero pode ter sentidos amplos, quer seja enquanto categoria analítica e relacional, quer seja enquanto vetor para compreender as relações de saber-poder ou ainda enquanto vasto campo de conhecimento que problematiza as hierarquias e os binarismos sexuais, nos possibilitou operacionalizá-lo ora como um fazer pedagógico em meio às atuações inclusivas dos sujeitos na escola, ora como um elemento de investigação que precisou ser testado nas relações de ensino aprendizagem, não sendo o gênero um pressuposto compreensível ou já dado criticamente, mas pormenorizado, compreendido e assimilado enquanto constituinte das vivências nos seios educacionais, observando seu caráter regulador, de abjeção ou de produção das diferenças que, por vezes, são hierarquizadas em exercícios normativos e reiteradores da desigualdade em detrimento à diversidade.

Butler (2022) nos ajuda pensar isto explicitando que as normas instauram a compreensão de que, em certo sentido, estamos diante do inteligível e do dizível, ou estamos em meio ao impensável, ao crítico (ou à crítica), ao radical, naquilo que pode ser o mais valioso de nossas agências enquanto sujeitos, em que as relações de poder não são redutíveis às regras, reconhecendo que “uma norma não precisa ser estática para durar; na verdade, não pode ser estática se for para durar” (BUTLER, 2022, p. 216).

Em partes, pudemos perceber que as oficinas funcionaram como um processo de reconhecimento e aprofundamento das dinamicidades relativas às questões de gênero e sexualidade emergidas nas vivências escolares, pois, diante dos relatos dos participantes, foi constatado que há complexas redes de resistências em certas disciplinas em que se trabalha, em meio aos demais conteúdos, a temática do gênero. Havendo também espaços feministas, grêmios estudantis, grupos de estudos, e pessoas, que em suas individualidades, “assumem” orientações sexuais e identidades de gêneros para além dos padrões binários dominantes.

Esta abrangência operacional possibilitou compreender que na dança, a relação estabelecida nas oficinas se deu partindo do objetivo da explicitação de como o racismo, as questões de gênero e os ideais de corpo podem vigorar entre os diversos contextos educacionais e midiáticos, constituindo processos que reiteram as desigualdades. Já nas oficinas com contação de histórias, a relação estabelecida com os participantes se deu sobretudo por uma preocupação curricular, ou seja, voltada à complexificação de que aquilo que é aprendido na escola ou tomado nela enquanto conteúdo carecem do entendimento de sua construção social, em interesses e necessidades, o que requer a busca e a pormenorização dos meios normativos curriculares que estão em disputas e se consolidam. Já pela música foi possível promover que participantes das oficinas refletissem sobre as agências feministas e as demandas artístico-ficcionais. Contextualizar a produção, o fluxo e consumo musical possibilitou assimilar as relações estabelecidas entre os sujeitos e a música, sobretudo no relativo aos padrões e às identidades de gênero. Mesmo a escola ainda não tendo primazia disto, pois somente algumas delas têm aulas formais de música, ainda assim, os conteúdos musicais superabundam nos diversos espaços e nas disciplinas escolares.

Tanto as reflexões sobre os jogos on-line quanto a série *Atypical* propiciaram perceber que a correlação com o gênero se estabeleceu em temáticas em que a escola pode não estar ainda imersa, ou seja, são temas que a atravessam, mas que não se instauram nela em forma de disciplinas. Neste recorte, a psicologia e a educação física proporcionaram compreensões daquilo que os sujeitos estão atrelados pelos vieses do entretenimento e dos jogos eletrônicos, mas que não implicam necessariamente em um cotidiano curricular direto, e sim, em conhecimentos que atravessam as escolas.

Dialogando com Meyer (2017), as oficinas, como um todo, indicaram possibilidades de projetos educacionais que alteram os focos usuais dos processos de ensino aprendizagem. Os diversos aparatos pedagógicos suscitados demandaram vieses criativos e atualizados. A referida autora nos permitiu ainda suscitar criticamente que:

De variados modos, os estudos contemporâneos sobre o espaço escolar, as práticas pedagógicas que nele se desenvolvem, bem como os estudos que se têm envolvido com as pedagogias culturais têm mostrado como estamos, em nossa sociedade, sempre operando a partir de uma identidade que é a norma, que é aceita e legitimada e que se torna, por isso mesmo, quase invisível – a masculinidade branca, heterossexual, de classe média e judaico-cristã. (MEYER, 2017, p. 26).

A partir da metodologia analítica deste trabalho, foi possível esmiuçar o esgarçamento das prescrições curriculares comprometidas com a manutenção das hierarquias de raça, classe, gênero e orientação sexual, produtoras de desigualdades. Nesta perspectiva, foi possível demonstrar diversas vivências educacionais para além dos binarismos de gênero recorrentes nos limites da heteronormatividade, suscitando nisto, as ferramentas pedagógicas que as oficinas permitiram, dialogicamente, acessar.

Tanto os ideais norteadores das oficinas quanto as relações de ensino aprendizagem, fundamentadas nos pilares universitários – Pesquisa, Extensão e Ensino – possibilitaram certa dialogia com os participantes no entendimento de que o gênero, enquanto constructo cultural (BUTLER, 2019), tem sua materialidade erroneamente suscitada enquanto verdade absoluta sobre o corpo e o sexo.

Interdisciplinarmente, foram arvorados os fazeres pedagógicos em sentidos amplos, em ações, ao mesmo tempo, contingenciais, situadas e fugidias, contudo, intencionais. O sexo e o corpo foram problematizados em suas maximizações generalistas e essencialistas, e emergiram desnaturalizados, mediados nos diversos interesses, nos aparatos pedagógicos, midiáticos e nas relações de ensino aprendizagem.

Então, a metodologia assumida analiticamente neste trabalho não foi somente operacionalizadora, foi fundamento que instaurou os princípios norteadores tanto da idealização das oficinas quanto das práticas expositivas e interativas, em seus vieses desdobrados a partir das pesquisas dos graduandos e pós-graduandos e das relações estabelecidas com os participantes da UPA-2022. O gênero, a sexualidade e o corpo, diante destas relações de ensino aprendizagem, emergiram propositivamente enquanto agências que demandaram expertises e capacidades dialógicas, e a constatação da escola em suas potencialidades constitutivas e contestatórias, não só opressivas, cerceadoras.

As oficinas em suas idealizações e práticas, em caráter correlacional, ofereceram perspectivas formativas a nível universitário e escolar. Dentro da Unicamp, buscando ser convidativos e receptivos, estes formatos instauraram processos desafiadores e plurais de pensar questões relativas aos estudos de gênero diante do fato de que, de modo interessado, o público assistido pôde expor suas perspectivas e receber certos conteúdos sob a égide dos aprofundamentos acadêmicos. Sendo possível concatenar que as opiniões arvoradas, os relatos das vivências e das trocas de pontos de vistas evidenciaram a urgência da temática dentro e fora das escolas públicas e particulares, em demandas curriculares, familiares, juvenis, midiáticas e identitárias.

Foram muitas frentes aqui arvoradas, mas esta complexidade e abertura, indubitavelmente, nos possibilitou demonstrar propositiva e intencionalmente “como a norma e a diferença são produzidas, que instâncias sociais estão aí envolvidas e quais são os efeitos de poder dessa produção. É a diferença que marca e reduz o indivíduo ou grupos de indivíduos a ela” (MEYER, 2017, p. 27), e isto:

É compreender que tanto a normalidade quanto a diferença são social e culturalmente produzidas como tais. E que isso muitas vezes nos escapa! Todos e todas nós participamos desses processos de produção, de forma mais ativa ou mais passiva, sofrendo-os ou impondo-os, a nós mesmos e aos outros com quem convivemos profissional e afetivamente. E refletir sobre esses processos e nossa participação neles, no âmbito da escola ou em qualquer outro espaço, é fazer uma discussão política. (MEYER, 2017, p. 27).

Esta inseparabilidade política e educacional, neste recorte analítico, nos fez executar as oficinas para contestar as normas binárias, essencialistas e hierarquizantes em meio aos processos nos quais elas se reiteram na escola. Constatamos nesta nossa agência de Ensino, Extensão e Pesquisa, as diversas formas pelas quais discentes, docentes, familiares e funcionários das escolas vivenciam as questões de gênero.

Desta maneira, ao trabalhar, prática e teoricamente, com o eixo temático “Gênero e Sexualidade: outros olhares para a Escola”, exercemos olhares, diálogos e mediações pedagógicas em agências fundamentadas na criticidade, compreensão e buscas por atualizações diante das instâncias institucionais (escolares e universitárias), estas muito atacadas atualmente, mas também profundamente defendidas e tomadas entre as mais cientificamente legitimadas em nossa sociedade.

Nossa contribuição neste universo político e educacional, em demandas interdisciplinares, críticas e dialógicas, se instaurou tanto na elaboração das oficinas quanto na exposição e interação com os conteúdos apresentados aos participantes, isto na busca de, como aponta “O Dossiê Currículo, Formação de Professores/as e Educação para a Sexualidade”¹⁴, por meios pedagógicos, propor um certo afrouxar da fixidez que, desde a modernidade, vem sendo produzida pelo campo educacional, e quem sabe tenha emergido, entre muitas coisas, uma possibilidade de cavar brechas em verdades instituídas que marcam os corpos, determinam padrões de viver com e entre corpos, gêneros, sexualidades, relações étnico-raciais, idade, geração...

¹⁴ Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu>. Acesso em 28/10/2022.

Considerações finais

Diante deste relato de experiência referente às oficinas sobre gênero, sexualidade e corpo, ministradas por graduandos e pós-graduandos dentro da UPA-2022, em que, metodológica e analiticamente, dialogamos com Altmann (2001 e 2015), Meyer (2017), Butler (2019 e 2022), entre outras, observamos que nas relações de ensino aprendizagem estabelecidas com os e as participantes houve a compreensão de que nas exposições e interações pedagógicas se incutiram reflexões, aprofundamentos e dialogias referentes à temática suscitada em vieses tanto acadêmicos quanto escolares.

Questões de dentro e fora das escolas públicas e particulares possibilitaram reflexões sobre demandas curriculares, familiares, juvenis, midiáticas e identitárias, tudo isto mediante a divulgação científica e atualização das pesquisas na universidade.

As oficinas, em suas pormenorizações práticas e de reflexão teórica, possibilitaram materializar e analisar, empiricamente, as complexas relações em que o gênero se amalgama à escola, sobretudo naquilo que constitui as identidades e comportamentos, os conteúdos e currículos, as pedagogias e mediações, as normatividades, resistências e as aberturas para as constituições de sujeitos e sentidos. Os resultados esperados variaram de um aprofundamento dos próprios estudos, à oportunidade de divulgação científica ou a uma certa arguição mediante os diálogos.

Cabe observar que os desafios formativos e dialógicos deste trabalho seguem demandando maiores aprofundamentos, contudo esta experiência das oficinas significou algo instigante, uma vez que cada uma delas demandou um tipo de foco no referente às expertises das e dos graduandos ou pós-graduandos.

Certos de que os estudos de gênero têm problematizado o caráter natural e biológico dos corpos e das diferenças entre sujeitos, e que é um engano pensar que o corpo é apenas regido por leis fisiológicas que escapam da história e da cultura (ALTMANN, 2015), interdisciplinarmente, refletimos sobre música, história, psicologia, dança e educação física, diante de nossas práticas pedagógicas, nossas agências acadêmicas e da nossa necessidade de visibilizar o que estudamos e, politicamente e educacionalmente, compreendemos como salutar.

Finalizando, sem sermos prescritivos, afirmamos que nessa pluralidade, exercitamos o gênero em seus potenciais contestador e criativo, dialogando com a arte, a cultura e a educação, e levando outras possibilidades às instituições educacionais, ao corpo e aos sujeitos.

Referências

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200014>. Acesso em: 5 jan. 2023.

ALTMANN, Helena. Educação física escolar: relações de gênero e jogo. São Paulo: Cortez, 2015.

AMARAL, Mônica. O que o rap diz e a escola contradiz: um estudo sobre a arte de rua e a formação da juventude na periferia de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2016.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al, 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ATYPICAL (Temporada 1, ep. 1). Direção: Seth Gordon. Produção: Jennifer Jason Leigh. Roteirista: Robia Rashid, Califórnia: Netflix, 2017.

AUAD, Daniela; SILVA, Janaína Guimarães da Fonseca e; ROSENO, Camila dos Passos. Gênero na educação básica brasileira: a inconstitucionalidade de projetos proibitivos. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v.21, n. 3, p. 568-586, 2019. <https://doi.org/10.20396/etd.v21i3.8654669>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654669>.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 04.01.2022

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10641719/artigo-3-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 13/10/2022.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Desfazendo gênero*. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Thiago Venicius de Sousa; FERREIRA, Lorena Maria de França. As fronteiras de um corpo imaginário: o gênero e a Identidade em “O menino que brincava de ser”, *Obra de Georgina da Costa Martins*, *Revista Albuquerque*, vol. 12, n. 23, jan/jun. de 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. A urgência da interseccionalidade. Disponível em: https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt. 2016. Acesso em: 28/09/2022, minuto 4:47-5:05

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 12. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*, São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2014.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL -LEI 9.394/1996. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11697014/artigo-3-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996>. Acesso em 17/10/2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, 2 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218, 2007.

MARIANO, Hugo Romano; SCHROEDER, Jorge Luiz. Falar de música na escola é aula de música? Conteúdos musicais e estudos de gênero nas relações de ensino aprendizagem em tempos de TikTok e YouTube. In: *Anais do XV ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DA UNICAMP*, p. 103-112, 2022.

MARTINS, Georgina da Costa. *O menino que brincava de ser – Ilustração: Pink Wayner*, São Paulo: DCL, 2000.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 2, p. 333-357, 2008.

MEYER, Dagmar Estermann. *Gênero e educação: teoria e política*. In. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE Jane; GOELLNER Silvana Vilodre. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação (org.)*. 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 5° reimpressão, 2017.

MOURA, Katia Cristina Figueiredo de. *Essas bailarinas fantásticas e seus corpos maravilhosos: existe um corpo ideal para dança? [Dissertação]*. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 477-509, Out. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132008000200008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 Nov. 2020.

PIOVESAN, Flávia. - “[Princípios e Direitos Fundamentais] Igualdade de Gênero na Constituição Federal: os direitos civis e políticos das mulheres do Brasil,” Curadoria Enap, acesso em 14 de outubro de 2022. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/214>. Acesso em 14/10/2022.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.dez. 1995.

SILVA, Helena Lopes. Música, juventude e a construção da identidade de gênero no espaço escolar. Curitiba: Appris, 2019.

SOUZA, Jusamara. Educação musical e práticas sociais. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 10, 7-11, mar. 2014.

VIANA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica, Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

Recebido em outubro de 2022.
Aprovado em janeiro de 2023.